

Artigos publicados pelo Jornal Folha de São Paulo no caderno MAIS! em 21 de março de 2004.

O caderno propôs as seguintes questões a economistas filiados a diferentes tendências:

1. Quais as razões da crise do desenvolvimento brasileiro nos últimos 25 anos?
2. Que políticas implementar para retomar o desenvolvimento econômico e social?

Escreveram:

1. Carlos Lessa; Gustavo Franco; Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Beluzzo; Luiz Carlos Mendonça de Barros; Luiz Carlos Bresser-Pereira

Desenvolvimento como imperativo econômico

O PRESIDENTE DO BNDES ALERTA QUE A PERSISTÊNCIA DAS ALTAS TAXAS DE DESEMPREGO PODE COLOCAR EM RISCO A DEMOCRACIA E PEDE A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTISMO

Carlos Lessa

Tornou-se lugar-comum atribuir nossa crise de desenvolvimento, que se estende por mais de duas décadas, às contingências do processo de globalização em escala planetária, que nos engolfou na crise da dívida externa no início dos 80 e na crise simultânea do setor público. Com isso, o Estado parou de investir. Dado seu papel relevante na criação e atualização de infraestrutura econômica e seu poder de arraste sobre setores privados críticos, como a indústria de insumos básicos e a indústria de bens de capital, a economia mergulhou em estagnação prolongada, da qual só agora estamos tentando sair. Esse diagnóstico é verdadeiro, mas incompleto. Existe, a meu ver, um aspecto mais fundamental que tem escapado aos analistas, sobretudo aos economistas. Está ligado ao que entendemos por globalização e, sobretudo, às forças sociológicas e políticas que estão por trás dela. De fato, não estamos diante só de um fenômeno mundial que se aplica a diferentes realidades locais forçando sua adequação, mas sim de fenômenos locais que tendem a se universalizar segundo sua própria lógica, às vezes contraditória em relação a outras lógicas locais.

Escala

A globalização nasceu e se caracteriza como um movimento de valorização do capital financeiro em escala planetária. Ganhou grande impulso com a telemática dos anos 80, mas os elementos essenciais do movimento são anteriores. Surgem na seqüência da ruptura dos acordos de Bretton Woods [conferência ocorrida em 1944, nos EUA, que lançou as bases para a criação de um sistema financeiro internacional, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional] e das decisões de flutuação do câmbio nos países industrializados avançados. A tremenda instabilidade monetária e financeira que se seguiu criou, por um lado, um ambiente favorável à especulação financeira desenfreada e, por outro, o clima psicológico e político propício a políticas de estabilização de cunho ortodoxo ou neoliberal. Essas políticas, caracterizadas

em geral por restrições monetárias e fiscais, levam quase sempre à estagnação e ao desemprego. Os Estados Unidos, que são, via agências multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, o principal vetor de sua generalização para a América Latina, o Leste Europeu e a África, jamais costumam aplicá-las a si mesmos. A União Européia, ao contrário, não só as aplica a si mesma como construiu sua unidade econômica na base de instrumentos jurídicos neoliberais, a saber, o Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Não por outra razão, a Europa do euro tem tido um desempenho econômico medíocre, muito atrás do norte-americano e da própria Grã-Bretanha. Seu desemprego é da ordem de 10%, enquanto nos Estados Unidos é de 6% -sendo que, no caso norte-americano, outros fatores, além da macroeconomia de Bush, estão influenciando no alto desemprego (notadamente, a queda da indústria aérea, de turismo, entretenimento e cultura, como seqüela dos atentados terroristas de 2001).

*A abertura irresponsável dos dois
fernandos atendeu aos interesses
objetivos da minoria, deixando à
maioria o ônus da maior crise social
da nossa história*

Antes de perguntarmos por que nós, nos governos dos dois fernandos, tomamos a trilha neoliberal, devemos perguntar por que os europeus ocidentais, sem os nossos constrangimentos de dívida externa, inauguraram esse caminho? Não adianta procurar respostas no terreno econômico, pois não há: o neoliberalismo nunca chegou a ter status acadêmico, e a teoria neoclássica, de que se serve nos principais aspectos, já estava perdendo o seu no mesmo momento em que a doutrina escalava.

Próprio interesse

A resposta é de natureza sociológica: grande parte do corpo político dos países industrializados avançados se inclinou para políticas neoliberais e conservadoras pelo simples fato de que essas políticas atendiam a seus interesses. Ou seja, os afluentes, ricos, aplicadores líquidos de dinheiro se tornaram maioria no corpo político -ou pelo menos determinantes de sua inclinação. Esses afluentes queriam que sua riqueza tivesse valor internacional. Nada diferente de muitas famílias da Barra, no Rio, ou dos Jardins, em São Paulo, que também querem se dolarizar. Essas forças sociais e políticas européias se alinharam às classes dominantes financeiras para abolir todo o controle de capitais. Com câmbio flutuante, isso naturalmente acentua a instabilidade dos mercados. Foi justamente para controlar essa instabilidade que os governos recorreram a políticas fiscais e monetárias restritivas, sacrificando o crescimento e o emprego. Assim, a globalização não é um produto do neoliberalismo, mas da pressão dos afortunados para internacionalizar sua riqueza; o neoliberalismo, sim, é a forma de compatibilizar liberdade de capitais e câmbio flutuante com estabilidade monetária interna.

Recado nas eleições

É no meio desse fogo cruzado que nos encontramos. No transcurso, nos tornamos uma democracia de cidadania ampliada, com uma performance espetacular em termos de exercício de direitos políticos. Contudo, ao contrário dos europeus ocidentais, os afluentes não são maioria no nosso corpo político. São minoria. A abertura irresponsável dos dois fernandos atendeu aos interesses objetivos dessa minoria, deixando à maioria o ônus da maior crise social da nossa história, sinalizada por taxas de desemprego sem precedentes. Por certo, essa maioria claramente deu seu recado nas eleições de 2002. Qual é o nó da questão para os próximos anos? Certamente, não continuaremos a ser uma democracia estável se persistir a crise de alto desemprego. Temos que retomar o desenvolvimento a altas taxas, seguir a trilha que países asiáticos como Índia, China, Coréia do Sul, Taiwan e outros estão percorrendo. Para isso é essencial resgatar a capacidade de investimento e de poupança real do Estado. E é fundamental, também, a atuação de instituições financeiras públicas, como o BNDES, força ancilar do desenvolvimento brasileiro desde os anos 50. Em uma palavra, retomar o desenvolvimentismo, abandonando o delírio ideológico de que o mercado globalizante, deixado a si mesmo, vai nos resgatar.

Carlos Lessa é economista, presidente do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e ex-reitor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). É autor de "Quinze Anos de Política Econômica", "O Rio de Todos os Brasis" (ed. Record) e "Auto-Estima e Desenvolvimento Social" (ed. Garamond), entre outros.

Transição inacabada

APÓS O FRACASSO DAS ECONOMIAS COMANDADAS PELO ESTADO, NOVO MODELO DE CRESCIMENTO "PRÓ-MERCADO" SE INSTALA NO PAÍS, PARADOXALMENTE SOB UM GOVERNO DE ESQUERDA

Gustavo H. B. Franco

A experiência internacional de desenvolvimento econômico demonstra que os modelos baseados na mobilização intensiva de recursos comandada pelo Estado, às vezes de forma autoritária e em detrimento de largas parcelas da população, podem ser muito bem-sucedidos durante algum tempo. Mas, assim como ocorreu no caso do modelo soviético, também o nosso modelo de "substituição de importações" terminou exaurido, gerando problemas crescentes com inflação, finanças públicas, distribuição da renda e também um vazio doutrinário avassalador referente aos rumos a seguir depois de completada a industrialização. Faz tempo que os velhos heróis desenvolvimentistas nada dizem de novo, como ilustrado, aliás, pelo que pratica o novo governo. Os dois grandes pilares do processo de desenvolvimento adotado no país até meados da década de 80 foram: (1) a

auto-suficiência como objetivo básico da política econômica e como definição da agenda dos investimentos e da produção, como se isso significasse soberania; (2) o financiamento inflacionário dos investimentos do Estado, ou seja, a idéia de que cabiam ao Estado responsabilidades que iam muito além da sua capacidade de tributar ou de obter voluntariamente da sociedade os recursos para cumprir sua missão -portanto a única maneira de financiar e tornar o Brasil uma potência industrial era extrair recursos da população de forma compulsória -ou mesmo confiscatória- por meio da inflação. **Custos** Dessa forma, o "nacional-desenvolvimentismo" foi bem-sucedido em industrializar o Brasil, mas os custos nem sempre são reconhecidos. O parque industrial assim criado nasceu eivado de ineficiência e de relações incestuosas com o Estado, embora numa medida muito menor que nos países do Leste Europeu. Possivelmente devido à forte presença estrangeira na indústria, o estoque de capital aqui acumulado pôde ser reciclado, posteriormente, para o contexto da globalização, enquanto na Europa do Leste o capital industrial acumulado foi simplesmente sucateado.

Para muitos parece que a disciplina fiscal e monetária é um expediente temporário, imposto pelo FMI, e não uma mudança permanente na gestão do dinheiro público

A experiência dos anos 1990 serviu para inverter nossa postura no tocante à auto-suficiência: a soberania se construirá por meio da competitividade e da competência, e para tanto a abertura e a defesa da concorrência são imperativos óbvios, pois resultam em reverter uma tendência já antiga de estagnação da produtividade do trabalho e, portanto, geram condições para a realização de algo que se afigurava impossível no modelo antigo: crescer, ser competitivo e melhorar a distribuição da renda. Sem embargo o binômio protecionismo/inflacionismo nos legou -ou amplificou- uma espécie de apartheid social, cujas bases eram duplas: produtividade do trabalho estagnada em níveis baixos e tributação do pobre por meio da inflação. Na verdade, estavam justamente aí as causas do colapso do modelo: com o renascimento da democracia, a partir de meados dos anos 1980, a hiperinflação se torna a expressão da impossibilidade em obter crescimento com ampliação da desigualdade por meio da inflação, desequilíbrio fiscal e das transferências de renda determinadas pela "política industrial", da qual o protecionismo era apenas uma parte. Um novo modelo precisava ser construído sobre as ruínas do antigo, e há tempos que o país se encontra numa transição inacabada. Entendeu-se com o tempo que, por um lado, responsabilidade fiscal e moeda sadia e, de outro, um ambiente de competição proporcionado, entre outros processos, pela abertura eram essenciais para assegurar a estabilidade macroeconômica, a cessação da tributação do pobre por meio da inflação e a modernização da economia (leia-se crescimento da produtividade do trabalho). Mas ainda não se pode dizer que esse entendimento seja pacífico; os ataques

ao Banco Central e ao "superávit primário" não cessam, pois para muitos parece que a disciplina fiscal e monetária é um expediente temporário, imposto pelo FMI, e não uma mudança permanente e paradigmática no modo de gerir o dinheiro público.

A natureza do problema fiscal é reveladora: a própria sociedade impôs ao Estado responsabilidades, vale dizer, obrigações de gastar, em volume muito superior aos recursos que disponibilizava ao Estado sob a forma de impostos. Em boa medida, esse impasse se torna mais visível ao longo do tempo, com o advento da democracia, pois ficaram progressivamente ampliadas as responsabilidades do Estado no campo social, sem que se reduzissem proporcionalmente os compromissos anteriores no campo do desenvolvimento. Não era matematicamente possível a coexistência de um "Estado-Investidor" e do "Estado do Bem-Estar Social", senão em um cenário de uma carga tributária muito superior à atual. E assim o impasse se transformou em hiperinflação, paralisia e decepção.

Assim sendo, independente de persuasão ideológica, o que se tem é que, se o Estado precisa encolher para o tamanho dos recursos que a sociedade lhe fornece a título de impostos, precisa transferir responsabilidades de investimento para o setor privado, via privatização, de concessões de serviços públicos, ou de variantes sobre esses temas, como as Parcerias Público-Privadas.

Trata-se, portanto, de redefinir o paradigma para as finanças públicas tendo em mente a democracia: o Estado precisa caber dentro dos recursos que a sociedade lhe fornece como impostos e, se não o faz, tributa ou endivida a sociedade de forma ilegítima, vale dizer, sem representação.

Em condições de equilíbrio fiscal, o crescimento deve ter como eixo principal o investimento privado. O crescimento sustentado precisa que a formação de capital (como porcentagem do PIB) alcance níveis "asiáticos" (cerca do dobro do que temos hoje), o que, por sua vez, depende de o setor privado adquirir horizontes largos e confiança plena na estabilidade da macroeconomia e dos marcos regulatórios e de as finanças públicas adquirirem robustez consistente com a redução do custo do capital e do "risco-soberano".

É paradoxal que esse passo final da construção de um novo modelo de crescimento "pró-mercado" tenha que ter lugar sob um governo de esquerda, que, com efeito, não revela, ao menos de início, muita familiaridade com a "tecnologia" para fazer crescer o investimento privado. Não se trata mais, propriamente, da "vontade política" do soberano e do acesso que este pode ter aos cofres do Banco Central para viabilizar o investimento público, mas de milhões de pequenas "vontades de investir" individuais e ingovernáveis, cujo espaço deve ser cuidadosamente cultivado pelo Estado, que deixa de ser o investidor e condutor do processo, mas o promotor do "clima de negócios" -ou da moldura básica-, em torno do qual cada uma dessas "vontades", de forma coordenada e voluntária, se transforma em expansão da capacidade de produzir. Só assim teremos investimento e crescimento.

O país flutuante

ONDAS SUCESSIVAS DE DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL E UM REGIME APERTADO TORNARAM A ECONOMIA REFÉM DE SUPERÁVITS PRIMÁRIOS E FORÇARAM O ENCOLHIMENTO BRUTAL DO GASTO PÚBLICO

Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo

As mudanças nas condições internacionais ocorridas no último quarto de século dizem respeito a três movimentos centrais e interdependentes: a liberalização financeira e cambial; a mudança nos padrões de concorrência; a alteração das regras institucionais do comércio e do investimento -todos conducentes à instabilidade financeira e a um aumento da desigualdade econômica e social. Os Estados Unidos, depois de reafirmarem sua hegemonia nas esferas financeira e militar na década de 80, conseguiram liderar as transformações mundiais em curso e ocupar, na década de 90, uma posição de destaque no crescimento econômico entre os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). De forma inédita na história da internacionalização capitalista, os Estados Unidos, na condição de maiores devedores do mundo, vêm usando o peso de sua dívida para sustentar a supremacia do dólar. Ao longo dos últimos 25 anos manejaram com grande agilidade a sua política monetária, convertendo-a numa máquina de sucção de liquidez e de capitais para sustentar o crescimento de sua economia. Esse ambiente fomentou mudanças importantes na natureza das inversões diretas. Trata-se essencialmente de movimento de natureza patrimonial que deu lugar a dois processos simultâneos: a fusão de empresas e o fechamento de plantas no centro com deslocalização para as regiões de maior crescimento relativo. Os Estados Unidos, além de continuarem sendo os maiores receptores de capitais globais, tornaram-se progressivamente grandes investidores na Ásia (os tigres de segunda geração e a China). Assim como outros grandes países latino-americanos, até então submetidos às condições de ajustamento impostas pela crise da dívida externa, o Brasil foi literalmente capturado pelo processo de globalização financeira da década de 90. Como os demais, executou seus programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros liberalizados, cuja regra básica é a oferta de ativos atraentes que possam ser encampados pelo movimento geral de concentração e centralização do capital à escala mundial. As aberturas comercial e financeira desenharam para o Brasil um quadro macroeconômico cuja principal característica foi o aparecimento -sobretudo a partir da segunda metade da década de 90- de um crescente desequilíbrio externo não apenas na balança comercial, mas também na balança de serviços. Em um ambiente de crises financeiras globais recorrentes, as sucessivas elevações da taxas de juros determinaram uma trajetória macroeconômica de "stop and go".

Um crescimento sustentado que permita mudar os padrões de produção e distribuição de renda implicará a necessidade de definir novas formas de coordenação pública e privada que minimizem as restrições externas

Depois da desvalorização de janeiro de 1999, a teoria convencional jurava que o câmbio flutuante daria maior autonomia às políticas monetária e fiscal. Na prática os resultados foram outros. Em países de moeda inconvertível, com elevado endividamento externo -e obrigados a reduzir de forma significativa o déficit em conta corrente-, o câmbio flutuante não elimina o risco cambial e o Banco Central está sempre obrigado a intervir para "sujar" as flutuações. Por sua vez, a relação dívida/PIB -adotada como meta junto do Fundo Monetário Internacional- varia com as taxas de juros e de câmbio. As intermináveis "ondas" de desvalorização cambial e um regime apertado de metas de inflação se conjugam de forma perversa para impedir a redução da dívida: com juros altos, crescimento baixo e elevada necessidade de financiamento externo, o FMI exige os superávits primários crescentes, o que determina o encolhimento relativo, quando não absoluto, do gasto público. Por outro lado, a perda do controle nacional sobre as empresas e os bancos desarticulou os mecanismos de coordenação estratégica da economia brasileira. O setor produtivo estatal -num país periférico e de industrialização tardia- funcionava como um provedor de externalidades positivas para o setor privado: 1) o investimento público (sobretudo nas áreas de energia e transportes) corria na frente da demanda corrente; 2) as empresas do governo ofereciam insumos generalizados em condições e preços adequados; 3) os bancos públicos lideravam a expansão do crédito, logo acompanhados pelos bancos privados. Um crescimento sustentado que permita mudar os padrões de produção e distribuição de renda implicará a necessidade de definir novas formas de coordenação pública e privada que minimizem as restrições externas. A situação social só será modificada se ocorrer uma reorientação das prioridades do investimento e do gasto público. Para enfrentar a sério a questão social, o novo padrão de intervenção do Estado deve tomar em conta algumas questões centrais: diante das tendências atuais do capitalismo de forte concentração social e espacial de renda e riqueza, só a ação do Estado pode viabilizar as atividades e setores que teriam sua existência bloqueada pela operação pura e simples dos mecanismos e sinais de mercado, particularmente numa economia em que existe um elevado desemprego, mesmo da mão-de-obra mais qualificada.

As políticas do Estado devem reconhecer o papel estabilizador, em termos socioeconômicos, das pequenas e médias empresas, promovendo o seu desenvolvimento mediante a adoção de políticas permanentes de crédito, fiscais e tecnológicas. Além disso, é necessário apoiar as organizações sociais para a formação de uma economia solidária de auto-organização dos trabalhadores,

sobretudo os que se tornaram e se tornarão redundantes para a economia capitalista contemporânea.

A experiência asiática, mesmo a mais recente, mostra que a intervenção estatal é decisiva para induzir as empresas dos setores mais dinâmicos e de alta tecnologia -em particular os liderados por empresas multinacionais- a realizar investimentos que busquem um maior equilíbrio nos seus balanços setoriais de divisas, de modo a não pressionar o balanço de pagamentos e evitar a reiteração da restrição externa ao crescimento.

Maria da Conceição Tavares é economista, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora associada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-deputada federal (PT-RJ).

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular de economia da Unicamp. Foi chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (governo Sarney) e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (governo Orestes Quéricia).

O caminho das índias

BRASIL DEVE SE ESPELHAR NO PAÍS ASIÁTICO E ABANDONAR CARTILHA DO CONSENSO DE WASHINGTON, REDUZINDO AS TAXAS DE JUROS E CONTROLANDO O FLUXO DE CAPITAIS

Luiz Carlos Mendonça de Barros

O crescimento brasileiro nos últimos 20 anos tem sido de uma mediocridade assustadora. Para entendermos por que isso acontece é preciso separar esse período de tempo em três momentos distintos. Entre 1985 e 1989, o país estava mergulhado nas trevas da inflação e do descontrole fiscal e monetário, e o governo Sarney buscava uma receita mágica para fazer o país crescer a qualquer custo. Foi o tempo dos planos econômicos heterodoxos e da mudança de moedas. Crescer nessas condições era impossível. Com Collor, pela primeira vez, tentamos enfrentar as ineficiências de uma economia fechada que havíamos herdado do regime militar. A crise política que levou o presidente a renunciar não permitiu que essa tentativa de administrar nossos problemas econômicos -seguindo o receituário ortodoxo liderado pelo ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira- pudesse mostrar sua eficácia. Em 1994, com a nomeação do então senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda do governo Itamar, teve início uma nova tentativa de estabilização monetária. Aprofundou-se nossa abertura ao comércio internacional, liberalizaram-se os movimentos de capitais financeiros para o país e uma nova cultura de responsabilidade fiscal começou a ser construída. O sucesso dessa nova tentativa foi retumbante, e conseguimos, finalmente, sair da armadilha da inflação em que havíamos caído em 1980.

Dois caminhos

Em 1996, com o real consolidado, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi chamado a decidir entre dois caminhos que seus principais assessores

apresentavam para a retomada do crescimento econômico. De um lado, liderados pelo então ministro da Fazenda, Pedro Malan, os que defendiam a política econômica conhecida à época como Consenso de Washington. Era o caminho seguido pelo México depois da crise de 1995, que previa uma abertura ampla e rápida do mercado interno ao comércio internacional e aos fluxos financeiros internacionais, cabendo ao governo a missão de gerenciar as políticas fiscal e monetária e desregulamentar a economia. Do outro, os que indicavam uma abertura comercial e financeira cuidadosa e progressiva, além de manter um papel importante de coordenador de ações econômicas por parte do Estado. A parceria governo/setor privado, tendo em vista objetivos de longo prazo de aumento do comércio internacional e do aumento da produtividade do sistema econômico, era o principal instrumento para se atingir o crescimento. Era o caminho que a Coréia do Sul e outros países asiáticos vinham trilhando.

Não conseguiremos sair da armadilha que a decisão tomada por Fernando Henrique em 1996 nos conduziu se não mudarmos a política econômica atual

Talvez a diferença mais representativa entre essas duas opções seja o que se chama de regime cambial. No Consenso de Washington o câmbio deveria ser livremente fixado pelos mercados e, portanto, fortemente influenciado pela movimentação de capitais financeiros e da política de taxas de juros internas. No segundo caminho, o governo procuraria limitar a influência dos capitais financeiros de curto prazo na formação da taxa de câmbio, favorecendo com isso as exportações. Todos sabemos hoje que o presidente Fernando Henrique optou pelo caminho mais ortodoxo. Os resultados dessa decisão foram: a falta de crescimento, o aumento extraordinário da dívida pública e a queda constante da renda real do brasileiro durante seus últimos seis anos de governo. O presidente pagou por isso e Lula foi eleito por prometer emprego e crescimento. Portanto foi com enorme surpresa que assistimos a Lula se transformar, de crítico sistemático, em ardoroso defensor dessa política no início de seu governo. Mesmo agora, quando os resultados do ano de 2003 mostram uma queda nominal de nosso PIB, o governo reafirma seu apoio a esse caminho que tanto atacou durante seus tempos de oposição. Acena-se, como fez no passado o ex-ministro Malan, com a volta do crescimento nos próximos anos. Mas já vimos esse filme à exaustão! Não conseguiremos sair da armadilha a que a decisão tomada por Fernando Henrique em 1996 nos conduziu se não mudarmos a política econômica atual. O crescimento de vários países da Ásia nesse mesmo período nos mostra, com atraso, o caminho a seguir. Abandonar as idéias simplistas do Consenso de Washington -hoje repudiadas por seus próprios criadores- e olhar para países como a Índia. E o que nos ensina o exemplo indiano? Primeiro, que o equilíbrio fiscal é condição necessária, mas não suficiente, para atingir o nirvana do crescimento econômico. Não podemos ter no chamado superávit primário do setor público

uma espécie de mito divino para chegar ao crescimento. Em segundo lugar, que se deve ter como elemento básico da ação do governo o setor produtivo, e não o setor financeiro. Para tal é necessário um controle inteligente dos fluxos de capitais financeiros para evitar que movimentos especulativos influenciem a formação da taxa de câmbio, preço básico para o setor exportador. Devemos também, em momentos oportunos, aproveitar a liquidez internacional para aumentar nossas reservas externas e diminuir a importância da política de juros externos para manter a solvência internacional.

Juros administrados

Outra diferença abissal entre Brasil e Índia é a forma como a questão da taxa de juros é vista pelos gestores da política econômica. Na Índia, os juros são administrados com parcimônia e levando em consideração sua importância como fator de custo para o setor privado e público; no Brasil ele é visto como um preço a ser pago para satisfazer o investidor financeiro privado, nacional e estrangeiro, na sua sagrada missão de financiar a dívida pública e nossa conta corrente externa. Por causa dessa maneira diferenciada de entender a questão dos juros, eles são de 6% ao ano na Índia e de mais de 16% no Brasil.

Em outras palavras, para sairmos da armadilha em que estamos presos é preciso mais do que se admirar com o crescimento do país de Ghandi e Nehru, como aconteceu com o presidente Lula e sua comitiva recentemente. É preciso mudar o enfoque que tem prevalecido nos últimos anos e trazer, para comandar a economia, técnicos e políticos comprometidos com o caminho das Índias, e não de Washington!

Luiz Carlos Mendonça de Barros é engenheiro e economista, sócio e editor do site de economia e política "Primeira Leitura". Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações (governo FHC).

Desrazões do desastre

COMBINAÇÃO DE REFORMAS INSTITUCIONAIS, FORTALECIMENTO DO ESTADO E TAXAS DE JUROS MAIS BAIXAS É A ÚNICA FORMA DE REVERTER OS EFEITOS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS IRRACIONAIS POR QUE PASSOU O PAÍS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Desde 1980 a economia enfrenta uma crise sem precedentes na história do Brasil independente, sua renda per capita crescendo menos de 1% ao ano. Em consequência, a economia é incapaz de absorver o crescimento da população, e a taxa de desemprego aumenta ano a ano. Quais as razões desse desastre? Para as compreendermos é preciso dividir o período em duas partes. Entre 1980 e 1994, a grande crise está diretamente relacionada com a crise da dívida externa e com a crise fiscal e se expressa em altas taxas de inflação. A crise da dívida externa é uma crise de solvência da nação como um todo, enquanto a crise fiscal é uma crise do Estado, que traduz o esgotamento do modelo de

substituição de importações. Mal ou bem, esses problemas foram enfrentados nos anos 80 e início dos anos 90, de forma que estavam razoavelmente equacionados quando o Plano Real afinal logra estabilizar a alta inflação. A reforma da economia brasileira começa com a bem-sucedida desvalorização cambial de 1983, a partir da qual se produziram elevados superávits comerciais, continua com a renegociação da dívida e a abertura comercial, ambas políticas iniciadas em 1987, e se completa com a neutralização da inércia inflacionária em 1994. Após a estabilização dos preços, era de esperar que a economia retomasse o desenvolvimento. Já naquele momento, porém, as agências governamentais e semigovernamentais em Washington e os agentes do sistema financeiro internacional em Nova York (as duas fontes da ortodoxia convencional) propunham aos países emergentes uma nova estratégia de desenvolvimento: "Crescer com poupança externa". Essa estratégia contraria os mais comezinhos princípios de política econômica, ao partir de um diagnóstico equivocado (os países em desenvolvimento não teriam mais recursos para crescer por conta própria), para propor um crescimento com endividamento externo adicional.

A curto prazo o que é necessário é mudar a equação macroeconômica perversa de altas taxas de juros e de câmbio ainda valorizado

A condição para isso era a de lograrem "credibilidade" junto de Washington e Nova York, ou seja, que deixassem de pensar por conta própria e seguissem as políticas recomendadas. Quais eram elas? Adicionar à abertura comercial a total abertura financeira (para que o financiamento pudesse ocorrer livremente no mercado auto-regulado...) e combater a inflação com ajuste fiscal e elevação da taxa de juros. Dessas três recomendações, apenas a do ajuste fiscal era razoável -na verdade, necessária. No plano das relações externas, abrir a conta capital para crescer com poupança externa significava perder controle sobre a taxa de câmbio e valorizar cronicamente essa taxa, quando sabemos que os países só alcançam altos níveis de poupança e de crescimento enquanto mantêm a taxa de câmbio relativamente depreciada. A política proposta significava, portanto, destruir o modesto ajuste externo até então logrado, deixando o país mais vulnerável a novas crises de balanço de pagamento. Essas não tardaram: materializaram-se em 1998 e em 2002.

Nível civilizado

No plano interno, a política macroeconômica era e continua a ser igualmente desastrosa. A taxa de juros básica do Banco Central será o instrumento do "non-sense". Ela se mantinha muito alta em termos reais desde o final dos anos 80 e fora elevada de forma violenta e irresponsável em dezembro de 1991, como fruto de um acordo com o FMI. Continuou elevada depois do Plano Real, quando era mais do que razoável que baixasse para níveis civilizados, compatíveis com as classificações de risco do país. Continua elevada até hoje,

difícilmente descendo abaixo de 9% reais. A ortodoxia convencional argumentava e argumenta a favor dessas taxas, dizendo que são necessárias para atrair capitais e para combater a inflação. Na verdade, em relação aos capitais externos, o problema do Brasil (como sabem perfeitamente os países asiáticos, que não estão semi-estagnados) não era e não é o de atraí-los, mas o de regular a sua entrada, de forma a manter sua taxa de câmbio competitiva. Em relação à inflação, não há nela nada que justifique os níveis de taxa de juros praticados no Brasil. Podemos discutir, em cada momento do ciclo econômico, se se deve elevar ou baixar a taxa de juros para combater a inflação de demanda ou para reduzir o desemprego, respectivamente, mas para isso não é preciso que o nível da taxa real básica de juros seja três a quatro vezes maior do que a que prevalece em países com classificação de risco igual ou pior do que as do Brasil. As causas da crise atual são, portanto, irracionais, se por racional entendermos as políticas públicas voltadas para o interesse nacional. Não há razões para o desastre, há desrazões. O que é preciso fazer para que o Brasil retorne ao desenvolvimento? A ortodoxia convencional afirma que o mais importante é prosseguir com as reformas. Sem dúvida, as reformas institucionais devem ser continuadas, desde que sua preocupação fundamental não seja simplesmente reduzir o tamanho do Estado, mas lhe dar condições para que desempenhe seu papel de garantir o funcionamento dos mercados e promover a distribuição de renda. O desenvolvimento só é possível quando o mercado e o Estado são fortes.

Excedente

Além disso, é preciso pensar em um grande projeto de desenvolvimento nacional que parta do pressuposto de que o setor moderno, capitalista, não tem condições de absorver toda a mão-de-obra excedente do país. Por isso, é preciso que existam políticas de inclusão dos trabalhadores na vida econômica que permitam melhorar suas condições de vida e sua integração ao mercado sem que, para isso, seja necessário se tornarem empregados nas grandes empresas.

Todavia os resultados, tanto das reformas institucionais quanto da nova estratégia de desenvolvimento, só ocorrem a médio e a longo prazo. A curto prazo o que é necessário é mudar a equação macroeconômica perversa de altas taxas de juros e de câmbio ainda valorizado. Só assim alcançaremos a verdadeira estabilidade macroeconômica, que não significa apenas estabilidade de preços, mas implica equilíbrio das contas externas e fiscais. Para isso, porém, será preciso ter a coragem de enfrentar os interesses dos rentistas e do mercado financeiro e a ortodoxia convencional em que se apóiam.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor da Fundação Getúlio Vargas (SP) e foi ministro da Fazenda (governo Sarney), da Administração Federal e Reforma do Estado e também da Ciência e Tecnologia (governo FHC). É autor de "Desenvolvimento e Crise no Brasil - História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula" (editora 34). **Internet:** www.bresserpereira.org.br
